

MILITARES

Credibilidade em julgamento

Imagem sofre impacto com episódios de compra de alimentos caros, remédio para a disfunção erétil e até prótese peniana

» TAÍSA MEDEIROS
» FERNANDA STRICKLAND

As Forças Armadas sempre desfrutaram de imagem positiva junto à população. Mas, desde que se associaram ao governo de Jair Bolsonaro, vêm assistindo a sua credibilidade ser questionada. Não sem razão. Além das benesses financeiras, com reajustes salariais que a maioria da população não teve, os militares têm se mostrado extremamente perdulários com o dinheiro público, sem respeito a um Orçamento extremamente restrito. Tornou-se rotina a divulgação de que a caserna tem se empanturrado de picanha, cerveja, conhaque e uísque envelhecido, e gasto com próteses penianas e Viagra. Para piorar, os fardados têm flertado com movimentos nada democráticos, como o questionamento da lisura das eleições, como se isso fosse papel dos quartéis. Mais: episódios vividos na ditadura militar continuam sendo tratados com desdém e indiferença.

Entre os integrantes das Forças Armadas que respeitam a Constituição e se constroem com o que está acontecendo na caserna, o clima é de preocupação. "Jamais poderia imaginar que, depois de toda a reconstrução da imagem pelas quais passaram as Forças Armadas, fosse testemunhar tanta notícia desfavorável", diz um militar de alta patente. Ele acredita, ainda, que Exército, Marinha e Aeronáutica merecem todo o respeito da população. Contudo, mantido tal quadro, "a situação tende a desandar", acrescenta.

Para o professor de Relações Internacionais da ESPM e especialista em Segurança Nacional Gunther Rudzít, ainda é possível conter o estrago na forma como a sociedade vê as Forças Armadas. Por enquanto, na avaliação dele, o abalo na imagem dos quartéis junto à opinião pública é momentâneo, mas, diante do descrédito das outras instituições públicas, pode ser refeita. Ele acredita, ainda, que o que está sendo divulgado de ruim referente à caserna tem a ver com as diferentes posições nas Forças Armadas a respeito do governo Bolsonaro, o que poderá servir para um ajuste na postura futuramente.

Segundo o general Paulo Chagas, as más notícias envolvendo as Forças Armadas têm um único objetivo: tentar afetar o nível de prestígio dos militares perante a população. "A sociedade acredita e sabe que as Forças Armadas são instituições confiáveis. Tudo o que acontece de errado é punido; ninguém sai ileso de uma transgressão", assegura.

Carne de primeira

A primeira polêmica envolvendo os militares veio à tona em fevereiro. Levantamento realizado por deputados do PSB, que pesquisaram o Pannel de Preços do Ministério da Economia mostrou que 714,7 mil quilos de picanha e 80 mil unidades de cerveja foram comprados pelo Exército e pela Marinha em 2020. Houve, ainda, um desembolso de R\$ 56 milhões em filé, picanha e salmão. Parlamentares protocolaram uma representação na Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o que consideram "uso de recursos com ostentação e superfaturamento" pelas Forças Armadas.

Mas os militares não se limitaram a gastar dinheiro público apenas comprando alimentação de primeira categoria. As Forças Armadas aprovaram concorrências públicas para a compra de 35.320 comprimidos de Viagra — medicamento usado para tratamento de disfunção erétil. Os dados, mais uma vez, estavam disponíveis no Portal da Transparência e no painel de preços do governo federal e foram compilados pelo deputado Elias Vaz (PSB-GO).

De acordo com o levantamento feito pelo parlamentar,

Sequência de polêmicas

**Picanha**
8 de abril

Um levantamento feito por meio do Pannel de Preços do Ministério da Economia mostrou que 714,7 mil quilos de picanha e 80 mil unidades de cervejas foram comprados por militares do Exército e da Marinha, em 2020. Foram gastos R\$ 56 milhões em filé, picanha e salmão.

**Viagra**
11 de Abril

As Forças Armadas adquiriram mais de 35 mil unidades de Viagra, medicamento usado para tratar disfunção erétil. Os dados estão disponíveis no Portal da Transparência e no painel de preços do governo federal. Foram oito processos de compra, aprovados desde 2020, para unidades de Exército, Marinha e Aeronáutica.

**Próteses penianas**
12 de abril

Foram aprovados quase R\$ 3,5 milhões para aquisição de 60 próteses penianas para unidades hospitalares do Exército. Os dados do Portal da Transparência e do Pannel de Preços do governo federal mostram três pregões para aquisição de modelos infláveis de silicone, com comprimento entre 10 e 25 centímetros. Todos foram homologados em 2021. As mais baratas custaram R\$ 50.149,72 cada.

**Desvio de verba do SUS**
19 de abril

Outro levantamento identificou que a pasta gastou mais de R\$ 150 milhões em verbas do Sistema Único de Saúde (SUS). O montante foi direcionado para o conserto de aviões e a compra de equipamentos para escritórios das Forças Armadas no exterior. As informações estão registradas no documento divulgado pela Comissão de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em fevereiro deste ano.

**Tortura na ditadura militar**
21 de abril

Áudios divulgados de sessões Superior Tribunal Militar (STM) na ditadura militar, mostram os integrantes da Corte se dividindo entre a ironia, a incredulidade e a negação de que houvesse torturas de presos políticos. Em um deles, o general Rodrigo Octávio Jordão Ramos admitiu: "Fato mais grave suscita exame, quando alguns réus trazem aos autos acusações referentes a tortura e sevícias das mais requintadas, inclusive provocando que uma das acusadas abortasse após sofrer castigos físicos no Codi-DOL." O aborto foi provocado por "choques elétricos no aparelho genital". As gravações registram nomes de outras militantes que estavam gestantes e sofreram violência física e psicológica.

Alexandre Manfrim/MD

**Bolsonaro trouxe para o governo cerca de 6 mil militares e deu-lhes vantagens, como não seguirem a regra do teto salarial do funcionalismo**

foram oito processos de compra aprovados desde 2020 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A doença, porém, atinge mais as mulheres e a recomendação dos especialistas é de que a dosagem-padrão para tais casos seja de 20mg.

A justificativa do Ministério da Defesa para a compra é que o medicamento será empregado no tratamento de militares

com hipertensão pulmonar arterial (HPA), o que é aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A doença, porém, atinge mais as mulheres e a recomendação dos especialistas é de que a dosagem-padrão para tais casos seja de 20mg.

A terceira polêmica foi sobre a aprovação de compra de 60 próteses penianas por quase R\$

3,5 milhões. Os dados do Portal da Transparência e do Pannel de Preços do governo federal mostram três pregões para aquisição de modelos infláveis de silicone, com comprimento entre 10 e 25 centímetros. Todos foram homologados em 2021. O pregão 036/2020 prevê a aquisição de 10 próteses, custando R\$ 50.149,72 cada, para o Hospital Militar de

Área de São Paulo. Outro pregão, 010/2021, é para a aquisição de 20 unidades ao custo de R\$ 57.647,65 cada.

Outro golpe na imagem dos militares foi a destinação para outros fins de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) — mais de R\$ 150 milhões — que deveriam ter ido para a compra de remédios para a população

tratamentos dos mais simples aos mais complexos. O desvio de função consta de documento divulgado pela Comissão de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em fevereiro deste ano. Conforme o levantamento, a Comissão Aeronáutica Brasileira (CAB), em Washington (EUA), gastou R\$ 61 milhões com itens ligados ao conserto ou suprimentos de aviação.

Segundo o mesmo documento, o Centro de Aquisições Específicas do Ministério da Defesa utilizou cerca de R\$ 49 milhões do Ministério da Saúde para manutenção, reparo e abastecimento de combustível para aeronaves. A CAB, aliás, torrou R\$ 25 milhões com o mesmo tipo de despesa.

Para completar o desgaste na imagem de seriedade dos militares, áudios de sessões do Superior Tribunal Militar (STM), obtidos em 2017 pelo advogado Fernando Augusto Fernandes e pelo historiador Carlos Fico, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mostraram alguns dos então ministros da Corte comentando a tortura de integrantes de organizações políticas que faziam oposição à ditadura. As gravações chocam pelo teor daquilo que revelam: uma traz um general defendendo a apuração do caso de uma grávida de três meses que sofreu aborto após choques elétricos na genitália; outra, um ministro denuncia uma confissão de roubo a banco, de um suspeito que estava preso à época do crime, que foi obtida a marteladas. Porém, há momentos em que alguns casos são tratados com desdém, ironia ou incredulidade.

6 mil na máquina

Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), divulgado em julho do ano passado, mostra que o número de militares no governo Bolsonaro em cargos em comissão passou de 2.765 mil, em 2018, para mais de 6 mil — um aumento de 122,7%. Isso representa mais de 43% dos aproximadamente 14,5 mil postos de livre provimento no Executivo federal.

Tais números confirmam a ocupação da máquina estatal pelos militares, sob inspiração de Bolsonaro. O presidente, aliás, vem agradando os ex-colégas de Forças Armadas com uma série de benefícios que fazem do governo um bom lugar para ocupar alguma função.

Começa pelo fato de que os fardados não estão sujeitos à regra do abate-teto, o que faz com que possam acumular o soldo que recebem com o salário por exercerem algum cargo na máquina pública. Além disso, podem embolsar a remuneração que ganham por participar de conselhos de estatais. Os principais beneficiados são os ministros Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional) e Luiz Eduardo Ramos (Secretaria-Geral da Presidência).

Levantamento realizado em setembro do ano passado, mostra que alguns dos integrantes do governo Bolsonaro egressos da caserna podem estar fazendo jus, mensalmente, a algo em torno de R\$ 260 mil. A mesma pesquisa aponta que, das 46 estatais sob controle direto da União, 16 (34,8%) são presididas por oficiais das Forças Armadas.

Outra vantagem concedida aos integrantes da caserna foi a reforma da Previdência militar. Sancionada por Bolsonaro em 17 de dezembro de 2019, tem vantagens em relação à reforma dos trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos.

Isso porque os integrantes das Forças Armadas receberão salário integral ao se aposentar, não terão idade mínima obrigatória e vão pagar contribuição de 10,5% — na iniciativa privada, desconto é de 7,5% a 11,68% para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).